

RESUMO - APRESENTAÇÃO NA MODALIDADE E-PÔSTER - ASSISTÊNCIA
DIRETA DE REABILITAÇÃO

**GASTOS PÚBLICOS COM REABILITAÇÃO DE DISFUNÇÕES
UROGINECOLÓGICAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS: DADOS DE SANTA
CATARINA**

Bruna Duarte (brunaduarte@unesb.net)

Janeisa Franck Virtuoso (janeisa.virtuoso@ufsc.br)

Introdução: Dentre as disfunções uroginecológicas, a incontinência urinária é a mais prevalente e pode ser classificada em incontinência urinária de esforço de urgência e por estresse. Existem tratamentos conservadores e invasivos (1). Os tratamentos conservadores incluem a reabilitação fisioterapêutica, como o fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico (2). Objetivo: Identificar os gastos públicos com reabilitação para disfunções uroginecológicas, entre os anos de 2019 e 2023, no estado de Santa Catarina. Metodologia: Trata-se de um estudo ecológico descritivo (3) com dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial no Tabnet/DataSUS. Foram coletados os dados sobre quantidade aprovada e valor aprovado do “atendimento fisioterapêutico em pacientes com disfunções uroginecológicas” entre os anos de 2019 e 2023. Os dados foram exportados no formato csv. para o Microsoft Excel e foram realizadas as análises. Os resultados serão expressos em frequências absolutas e relativas, de acordo com a variável. Resultados: Entre os anos de 2019 e 2023, foram aprovados 70.886 procedimentos que totalizaram R\$332.668,30. O procedimento custou R\$4,70. Quando realizada uma comparação ao longo dos anos, em 2019 foram aprovados 7571

procedimentos que totalizaram R\$35.356,57 e em 2023 foram 29.232 procedimentos aprovados no valor de R\$137.694,10. Entre os anos de 2019 e 2023, houve um crescimento aproximado de 286%. Entretanto, cabe destacar que no ano de 2020 houve uma queda da quantidade e, consequentemente, dos valores aprovados.

Discussão: O tratamento conservador tem um valor de procedimento menor que R\$5. Trata-se de um procedimento menos custoso que o tratamento cirúrgico, por exemplo. Cabe destacar que os dados apresentam uma queda no ano de 2020 que pode ter acontecido por dois fatores: os indivíduos não frequentaram o atendimento porque foi suspenso devido a pandemia de COVID-19, bem como, há subnotificação em todos os tipos de procedimento durante esse período devido à sobrecarga profissional (4–6).

Conclusão: Os achados do presente estudo mostram que o tratamento conservador aumentou ao longo dos últimos anos e que o valor por procedimento fica abaixo dos R\$5, sendo um valor considerado baixo para os cofres públicos. Sugere-se a realização de novos estudos com desenhos mais robustos e variáveis de ajuste, especialmente, voltados para a incontinência urinária que são a maior parte dos atendimentos conservadores no Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: reabilitação; gastos públicos com saúde; estudos de séries temporais.